

Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo e a experiência do Museu Vivo do São Bento¹

Tatiane Oliveira²

Social Museology: in network, in movement, in collective and the experience of the Museu Vivo do São Bento

I. Museologia e Patrimônio no Museu Vivo do São Bento

A defesa do direito à história, à memória, à identidade e ao patrimônio culmina no processo do direito à museologia. Ao adotar as teorias e práticas da museologia social, o Museu Vivo do São Bento aposta na intervenção da realidade social, ao entender que o patrimônio é uma prática social e, por isso, deve ter uma função social, que se traduz a partir das vivências e das relações sociais que se constituem como “lugares de memória” que fomentam identidade e, assim, geram resistência e pertencimento.

Os processos de patrimonialização também resultam, hoje, das variadas vivências e experiências que o patrimônio cultural

¹ Este artigo deriva da minha dissertação, cuja pesquisa de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ.

² Mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
oliveiratati93@gmail.com

Recebido 19.03.2019

Aprovado 04.05.2020

suscita na sociedade civil. Além disso, há diversos usos e apropriações que podem ser feitos, através da revivificação da(s) memória(s), como àquelas difundidas pelo Museu Vivo do São Bento que ao recuperar elementos da História, das identidades e da diversidade cultural colaboram para que o patrimônio tenha sentido, significado e relevância para a sociedade. Dessa forma,

na atualidade, a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais de redirecionamentos das tensões globais (CHUVA, 2012, p. 73).

Percebe-se, portanto, que há, na contemporaneidade, no campo do patrimônio uma profunda renovação e ampliação do conceito, como também salienta, em suas reflexões, a pesquisadora Regina Abreu (2009). A área do patrimônio cultural no Brasil está vivendo um momento fértil, com a mobilização de diferentes grupos sociais, detentores de saberes tradicionais e locais, possibilitando, a partir das diversidades culturais, reconhecer o outro e a si mesmo a partir das mais variadas manifestações. Nesse sentido, é interessante atentar para a aprovação do Decreto-lei 3.551 de 4 de agosto de 2000 que instituiu o inventário e o registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível. Trata-se de uma medida interessante para a constituição da percepção de que há dimensões do preservacionismo que se encontram para além da “pedra e do cal” e que enriquecem a própria noção e apropriação da noção de patrimônio.

A perspectiva do patrimônio cultural imaterial torna-se, dessa forma, cada vez mais importante, pois, possibilita que saberes e práticas populares, tradicionais, culturais e religiosas, bem como

grupos sociais, que durante muito tempo foram colocadas em segundo plano, e mesmo silenciadas, no campo patrimonial, também assumam o papel que lhes cabe e passem a ser reconhecidos como integrantes da cultura, identidade e diversidade do país. Essa perspectiva contribui para compreender que a cultura é viva e, ainda, colabora com a ampliação do conceito de patrimônio cultural que ao integrar cultura, memória, história, museologia, educação, sociedade e território permite a constituição de mecanismos de apropriação do patrimônio. Nesse sentido,

a cultura viva é, assim, essencialmente criadora: cada nova impressão, situação, agressão, provocação vinda de fora é um fator de construção cultural, sob a forma de resposta adaptada, de filosofia, de técnica. Ela vive em simbiose com o patrimônio do qual ela se nutre e que ela transforma por sua vez, antes de transmitir o resultado à geração seguinte, consciente ou inconscientemente (VARINE, 2013, p. 114).

Cumprir considerar que assim como o campo do patrimônio encontra-se num momento de renovação e ampliação, o campo da museologia, em diálogo com o patrimônio, também se abre a novas experiências, renovação e ampliação. Tal ideia integrou as discussões da *Declaração de Quebec*, em 1984, na qual os princípios de base de uma Nova Museologia³ afirmam a função social do museu. Nesse viés, o “novo museu” deve ter a preocupação com o seu território, o patrimônio e, inclusive com a população, pois, assim, “tem por objetivo servir à comunidade e ao seu desenvolvimento.” (VARINE, 2014, p. 25).

³ De acordo com a *Declaração de Quebec*, enquadram-se no termo “nova museologia” todas as outras formas de museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, dentre muitas outras.

O Museu Vivo do São Bento tem como base uma sociomuseologia ativa e interativa e, que, por isso, integra a sociedade local, de forma efetiva no Museu, contribui para a mudança e desenvolvimento social e cultural, haja vista que,

o desenvolvimento local, em seu verdadeiro sentido, não acontece se a população não estiver estreitamente associada com o processo de tomada de decisões, com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade. É nesse ponto que entra o museu. No assunto do desenvolvimento, necessitamos de ferramentas culturais específicas para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc. Isso nem sempre pode ser feito por meio da mídia ou de discursos públicos; precisa ser comunicado através da linguagem da “coisa real”, por experiência direta (VARINE, 2014, p. 27).

É dessa forma que o Museu Vivo do São Bento se estabelece na região na qual está inserido⁴, buscando acompanhar as demandas e mudanças culturais da sociedade, ao incorporar elementos da tradição e cultura local, além de dar voz à comunidade, que por vezes foi silenciada, através do direito à memória, à identidade e à cultura. O Museu possibilita a autonomia dos atores sociais, numa construção coletiva do patrimônio cultural ao pensar as potencialidades e

⁴ É interessante destacar que o Museu Vivo do São Bento, abarca, especialmente, a região do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias. Mas, sua perspectiva museológica acaba por contribuir para a região da Baixada Fluminense, num todo, já que amplia e estabelece diálogos, experiências e vivências.

possibilidades do território e da comunidade, buscando a valorização dos indivíduos. Sendo assim,

o Museu Vivo do São Bento, através dos seus percursos e de suas exposições, revela a natureza material e imaterial do patrimônio cultural da comunidade onde está inserido, pois nele se podem ver materializadas as vivências e os saberes acumulados ao longo do tempo nos objetos reunidos por moradores, nas edificações, nos monumentos, nos sítios arqueológicos existentes na região – marcas da presença humana que transforma o ambiente onde vive para o bem e para o mal; mas também através das tradições, das manifestações religiosas, das lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, do jeito de morar e de fazer da população local, que o museu se propõem a preservar e divulgar. A identidade cultural de uma região se constrói a partir do seu patrimônio e se expressa a partir de sua população (GOMES, 2016, p. 62).

Percebe-se que o Museu Vivo do São Bento ao adotar premissas mais integradoras em torno da perspectiva do patrimônio, engendra uma nova prática social em torno da experimentação do próprio patrimônio, entendendo-o e tomando-o como uma ferramenta democrática e de mobilização social. Prática social que se encontra profundamente vinculada à museologia social em suas dimensões de rede, de coletivo e em permanente movimento.

II. Dimensões das funções sociais dos museus

Pensar numa perspectiva museológica mais social é fundamental para a valorização da dignidade humana. Longe de presumir que museus são instituições que, simplesmente, por se inserirem em sociedade já carregam consigo sua função social e, sim,

perto de compreender que museus são instituições que assumem sua função social quando partem da premissa que “uma museologia que não serve para a vida, não serve para nada⁵”. É o resultado da proximidade com esse pensamento que revela um caminhar em redes que se entrelaçam e tecem memórias que constroem as histórias de novos museus que respeitam e valorizam a vida, a diversidade cultural e o patrimônio cultural.

Tendo como horizonte o trilhar desse caminho é importante fazer um histórico do próprio papel e sentido social em torno do qual a museologia social foi (e, é) sendo vivenciada, experimentada e consolidada. Para tanto, é necessário recuperar, não só diretrizes políticas nacionais e internacionais em torno do campo patrimonial e museológico, mas também a incorporação das mesmas pelos movimentos sociais e seus desdobramentos nos usos e apropriações da própria perspectiva museológica, para se consolidar uma construção democrática e inclusiva dos museus e dos patrimônios.

As discussões a respeito da função social dos museus estão presentes na pauta dos debates internacionais e nacionais das instituições e dos Estados há tempo. Essa movimentação demonstra a importância e necessidade de entender os museus enquanto espaços vitais para o desenvolvimento, coesão social e também como espaços representativos da diversidade cultural. Assim, “afirmar a função social do museu significa dizer que a instituição museu devia estar a serviço da sociedade e que, fazendo parte dela, devia contribuir para a formação de sua consciência e cidadania.” (VEIGA, 2017, p. 30).

Dito isto, os museus devem ser compreendidos enquanto espaços de inclusão, respeito, valorização e transmissão dos patrimônios culturais, do conhecimento e da vida em sociedade. Tal

⁵ Conferir: <http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_esp-port-fr-ing_1.pdf> Último acesso em: 10 de fev. de 2019

como se afirma na Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade (UNESCO, 2015),

Museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e reflexão sobre identidades coletivas. (UNESCO, 2015, p.6)

A compreensão de que museus podem assumir, de fato, funções sociais nos leva a construção de um campo de possibilidades das quais os museus podem ser experimentados e vivenciados pelos mais variados grupos sociais. Nesse cenário que se consolida, a memória é considerada um elo que reafirma as histórias, as mobilizações e o engajamento de diversos grupos da sociedade civil para construção de novos museus que têm como eixo de reflexão e inserção a preocupação com a comunidade, com o patrimônio e com o território.

Essa percepção já em voga na Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972 afirma a necessidade de estreitar os laços entre o museu e comunidade, entendendo que este deve contribuir e estar a serviço do desenvolvimento do local ao qual se insere. Observa-se, portanto, que “esta ocasião legou a Carta de Santiago do Chile, que propõe que os museus passem a estar integrados ao contexto social em que vivem; cientes dos problemas sociais que os cercam.” (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p.730).

Conforme destaca o documento mencionado anteriormente, a preocupação com a função social dos museus já estava, desde 1972, no cerne das discussões internacionais. Após 43 anos da *Declaração de Santiago do Chile*, documento essencial para os debates no que concerne às discussões e bases de museus integrais, a UNESCO (2015) reafirma o papel dos museus enquanto instituição que

desempenha papel social que promove a diversidade e inclusão social,

Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. (UNESCO, 2015, p.6).

A difusão da museologia social no Brasil foi, e continua sendo, construída gradativamente, a partir da inserção dos grupos sociais. Grupos esses imbuídos pelo desejo e vontade de memória, de história, de patrimônio, de cultura, de educação, de vivências. Esses ideais contribuem e disseminam, na atualidade, a construção de museus que têm como horizonte a redução das desigualdades, dos preconceitos, das discriminações, das intolerâncias. São, portanto, museus que se inserem no âmbito de uma nova prática museológica, tendo em vista que,

o elemento definidor que nomina essa museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que tem historicamente pouca ressonância nos museus. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p.731).

A mobilização dos mais variados grupos sociais confere legitimidade as orientações e discussões internacionais, no sentido de que, incorporada ao campo da museologia social, a preocupação com a construção social do patrimônio e da própria museologia já se institui como uma demanda social. Essa demanda é observada nos movimentos sociais espontâneos que se organizam e experimentam,

no bojo das necessidades da sociedade civil, as funções sociais dos museus.

Museus são mais que instituições que têm compromissos culturais e políticos. A museologia social tem ideias e ideais e, por isso, não tem uma definição única e fechada. Definir-la seria limitá-la. A museologia social busca reafirmar a urgência de compreender que museus assumam o compromisso com a vida, sua atuação, portanto, além de política e cultural, deve ser social e educacional, a favor da valorização da dignidade e da justiça social.

Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário a adoção de políticas públicas que garantam o direito à cultura e à memória. Medida fundamental para trilhar o caminho da democratização do acesso e produção das manifestações culturais. Entendendo a cultura como um direito social, o Estado é um agente crucial para a constituição e implementação das mesmas, garantindo, assim, inclusive para a população seu uso e acesso.

No campo museológico brasileiro essa discussão entrou em voga, sobretudo, a partir da publicação da Política Nacional de Museus (PNM) em 2003, com Gilberto Gil Moreira no Ministério da Cultura (MinC), foi possível estabelecer diálogos e ampliar as redes de construção inclusiva e participativa das políticas públicas. Entendendo que os museus instituições que garantem o acesso à cultura, a memória, a educação e a cidadania, o ministro afirma que,

Há, como se sabe, museus de diversos tipos, todos igualmente significativos. O importante é que estejam vivos, que pulsem, consagrando o jogo de tradição e invenção que dialeticamente marca a construção da cultura brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p.9)

De acordo com o texto da PNM, os museus devem ser estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, além de propiciarem a ampliação acerca da percepção da realidade cultural

brasileira, promovendo a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural, pois, como se sabe,

(...) numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. (BRASIL, 2003, p. 8)

Mais que um documento, a Política Nacional de Museus tem caráter de movimento social, haja vista que incentiva e viabiliza a efetiva participação da sociedade civil, atuando em conjunto com o MinC. É uma política democrática, participativa e cidadã.

O Estado passou então a incluir a sociedade civil na elaboração das políticas públicas da cultura, deixando de compreender-se enquanto uma estrutura monopolizadora e centralizadora e envolvendo setores populares, movimentos e organizações na transformação, criação e implementação de políticas públicas de cultura. (CASTRO; SOARES, 2018, p. 32).

É, nesse sentido que se dá a importância de políticas públicas museais e patrimoniais que veja através e a partir do coletivo a construção social e democrática de (novos) museus e (novos) patrimônios. Com pés no presente e olhos no futuro, museus têm potência transformadora. Potência essa reafirmada na Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de museus e dá outras providências, reiterando o compromisso dos museus com a luta social:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:
I – a valorização da dignidade humana;
II – a promoção da cidadania;
III – o cumprimento da função social;

- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional. (BRASIL, 2009)

Conforme se observa na lei, museus têm em sua construção uma dimensão social e política que pode ser usada enquanto ferramenta de intervenção da realidade social imposta pelo capital, pelo Estado, e, etc., por isso, a urgência de se compreender a museologia com potência libertadora e transformadora. Na Lei nº 11.904,

(...) a base fundamental dos princípios do museu ideal é o cidadão, sua dignidade humana e a capacidade de viver em uma sociedade diversa culturalmente. A valorização e preservação do patrimônio cultural também são a essência dos museus. Mas, é importante perceber, no entanto, que se espera que esses fundamentos estejam a favor da transformação de uma realidade social objetiva, que influa diretamente em melhores condições de vida para o conjunto da sociedade. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 734).

Importa ressaltar que a referida lei está em consonância com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, tendo em vista que dentre os princípios fundamentais dos museus estão a dignidade humana, a cidadania, sua função social e a valorização do patrimônio e, ainda, encontra-se, em pauta a defesa da vida como patrimônio. O estatuto de museus é, portanto, uma proposta de museologia ativa, participativa, cidadã, democrática e humanizada.

É interessante destacar também, para melhor compreensão dessa perspectiva museológica mais viva, em rede, e, em sua essência, ativa, a Lei 11. 906 de 20 de janeiro de 2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) resultado de um amplo e

longo trabalho coletivo, de mobilização social em defesa do patrimônio cultural brasileiro no campo museal brasileiro e de articulação e diálogo entre as partes interessadas.

O IBRAM é um desejo antigo que gradualmente vai se realizando. Assim como os museus, ele suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que com isso se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p. 36)

Fruto de um projeto coletivo, é necessário reafirmar a importância da continuidade do IBRAM, e estimular seu fortalecimento para a efetivação de seu papel e atuação, enquanto, não apenas como política pública, mas enquanto uma força social, que tem funcionalidade e aplicabilidade para, (na e com) a sociedade. Tendo como compromisso a gestão democrática e participativa, além do desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social.

O caráter coletivo das políticas públicas culturais e, sobretudo, museológicas também tem reflexo no Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM – o qual exprime o planejamento e a agenda política museológica para a próxima década (2010 a 2020). A participação coletiva contribuiu para

a reflexão sobre o diagnóstico de demandas, para a avaliação de prioridades, bem como para o estabelecimento de uma agenda política pra a cultura, no caso, para o setor de museus. A preocupação, sempre presente, é que a agenda política cultural, em especial, a de museus, reafirme a correspondência do Estado com as dinâmicas sociais. (MINISTÉRIO DA CULTURA-IBRAM, 2010, p. 7).

Importa ressaltar que na estrutura do IBRAM, a museologia articulou as dinâmicas museais às dinâmicas da vida, sendo o Estado um dos responsáveis no incentivo as tais articulações e práticas, tendo com a museologia social o exercício pleno da função social dos museus. De acordo com Inês Gouveia e Marcelle Pereira,

Na estrutura do IBRAM, a museologia social inaugurou a correspondência em termos de administração pública, representada por uma coordenação de Museologia Social e Educação e, dentro desta, uma divisão de Museologia Social. A possibilidade de concentrar a atenção nesse aspecto da política museológica ocasionou o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, um eco efetivo para a dimensão social de que já se falava. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 735).

O Programa Pontos de Memória⁶ trabalha com comunidades populares e com a valorização da memória e, possibilita aos mais variados grupos e setores sociais a terem o desejo, a vontade e o direito à memória. Compreende-se, assim, que “a memória tem sido cada vez mais utilizada como meio de elaboração de narrativas contra hegemônicas, repercutindo em museus comunitários,

⁶ Juliana Veiga, em sua dissertação intitulada “A experiência da Rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades”, faz uma excelente abordagem da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. A dissertação, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF, aborda o Programa Pontos de Memória e destaca que o mesmo “foi concebido, a partir do Programa Cultura Viva, que instituiu os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, dentro do entendimento de que muitos Pontos de Cultura apresentavam grande interface com trabalhos vinculados à memória. Nesse sentido, a experiência do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, foi fundamental, já que este se institucionalizava a partir da premiação como Ponto de Cultura, apesar de ter no nome, termo referente à memória, o *museu*.” (VEIGA, 2017, p. 45).

populares, sociais e ecomuseus.” (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 731). O uso e apropriação que esses grupos e setores fazem da memória, do patrimônio e do território são importantes iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social no que tange a diversidade social, étnica, religiosa e cultural do Brasil, como forma de democratização de acesso à cultura e ao próprio museu.

Com base nessa perspectiva, as novas experiências museais fazem cada vez mais dos museus lugares de prática e exercício da liberdade. Interessante pontuar que as discussões em torno da museologia social foram fortalecidas a partir, principalmente, da implementação do Programa Pontos de Memória. Articulou-se, no bojo desse programa, teoria e prática que possibilitaram resultados e impactos visíveis, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento, entre diferentes grupos sociais, de uma sensibilidade latente que se desdobrou em ricas experiências em torno dos saberes e dos fazeres. Observa-se, dessa forma que

Os documentos produzidos em 1972, (durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile), e em 1984, (durante a reunião internacional de Quebec), produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p. 18)

Nos dias atuais, a museologia social é a esperança de continuidade dos museus; de fazer, de sentir e viver os museus. Além disso, é maneira pela qual grupos antes vistos como minoritários, marginalizados e excluídos podem vir a se tornar protagonistas de suas histórias e a assumir outras formas de dar a conhecer a museologia. Portanto,

A museologia social diz respeito às iniciativas desenvolvidas por e para as comunidades, que

conjugam o despertar para a consciência patrimonial, para orgulho de si, dos saberes e fazeres, ligados ao território, e ao trabalho sociocultural que multiplica potenciais. Identidade, memória e pertencimento são palavras-chaves dessas iniciativas. (VEIGA, 2017, p. 25-26).

A museologia social é o meio pelo qual se democratiza a cultura, a história e o próprio museu. É o meio pelo qual é possível desatar os nós que amarram os museus a instituições colonizadoras, de instituições de reprodução do padrão europeu – que enaltecem os “feitos” europeus e ocultam o outro lado da história, por exemplo, da escravidão, das invasões - e de instituições segregadoras, elitista e excludente. Esse movimento de renovação da museologia busca integrar uma dada realidade e suas práticas sociais ao desejo e vontade de valorização da memória e do patrimônio de determinados grupos. É a construção de alteridade a partir da museologia. Diante dessa movimentação é importante salientar que,

(...) A intenção desse movimento não era renunciar aos museus tradicionais, clássicos e especializados, mas propor uma nova concepção acerca de sua relação com a sociedade através de práticas sociais locais, mais horizontalizadas. Pensar a realidade, intervindo com propostas de valorização da identidade local, traria um auxílio importante para uma educação permanente da comunidade. (VEIGA, 2017, p. 31).

Com os nós desatados é possível começar a produzir laços. Fazer dos museus instituições que estreitam os laços com a sociedade, com a diversidade, com a memória, com o patrimônio, com a cidadania, com a história e com o próprio museu. Esses laços são fortalecidos na medida em que há o reconhecimento do somatório de esforços daqueles que se comprometem com a transformação da realidade sociocultural e com o exercício do olhar, ouvir e falar dos sujeitos em prol do coletivo. O fortalecimento em

conjunto permite práticas museológicas inovadoras, transformadoras e comprometidas. É a movimentação e mobilização social que faz a museologia social ter vida e sentido. Dentre essas práticas inovadoras podemos incluir a Remus-RJ que advém da própria prosperidade e apropriação das diretrizes da museologia social.

III. Construção de sentidos nas práticas museológicas: um olhar para o Museu Vivo do São Bento

No Rio de Janeiro, movimentos sociais e as iniciativas da sociedade civil fomentaram na articulação da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ). A Remus se organiza em rede, em movimento, em coletivo. Constrói, fortalece e estreita os laços, ecoando vozes, afetos e resistência, possibilitando a grupos, histórica e sistematicamente marginalizados e silenciados durante muito tempo, a terem direito à memória, à história, à cultura, à educação; a terem direito à dignidade social. É interessante sublinhar que

A Rede de Museologia Social do RJ foi criada em 2013 a partir de reuniões feitas entre museólogos, iniciativas de memória e museologia social, e gestores culturais. As primeiras conversas partem de um grupo de consultores do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). (VEIGA, 2017, p.4).

A Remus surge, portanto, com intuito de potencializar grupos, como uma forma de inclusão e de transformação social, ouvindo e fazendo serem ouvidas as muitas narrativas que fazem o Estado do Rio de Janeiro ser tão diversificado. É um coletivo amplo e diverso que contribui, ao integrar outras formas de experimentar a museologia e o patrimônio, para a visibilidade e dignidade de comunidades periféricas, quilombolas, indígenas, rurais, e tantas outras. Contribui, ainda, para a luta contra o preconceito, a discriminação e a intolerância. A Remus-RJ é um coletivo que assume

expressiva importância na medida em que integra e interage (com) essas comunidades. É um ato de resistência, que tem como horizonte o direito de cada um contar sua própria narrativa. Para isso,

É fundamental dizer que esta Rede de Museologia Social é um movimento político, no qual questões relacionadas ao direito à memória das comunidades são constantemente colocadas em pauta. Aliás, é essa pauta que perpassa suas reuniões: as possibilidades de visibilidade e viabilidade dessas iniciativas museais de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades (...) Além de serem valorizados os saberes e fazeres daquela comunidade, o que se considera como seu patrimônio, partilham-se nos Encontros as dificuldades das iniciativas, principalmente em se manter, bem como as formas encontradas de reivindicar e de resistir. Na verdade, o existir no contexto da museologia social já é por si só resistir. (VEIGA, 2017, p. 5).

Observa-se que na Remus-RJ as conexões são feitas de modo a integrar agendas, pois é o fortalecimento das lutas que em rede se transformam em lutas coletivas, a partir da busca por alternativas de transformação da realidade social. Na Remus, através da museologia social, os museus são espaços socialmente responsáveis, que abrigam sonhos, histórias, memórias, lutas, resistências, afetos e desejos. São espaços que abrigam vidas. E, é por isso que,

a museologia social, nos termos como a praticamos e pensamos, escova o museu e a própria museologia a contrapelo, afirma a dignidade das classes populares, a potência dos povos indígenas e dos povos afro-brasileiros, a força dos movimentos feministas e LGBTI, a ecologia dos saberes e a mobilização afetos poéticos e políticos a favor da potência da vida. A museologia social, como aqui é compreendida, está inteiramente a

serviço da vida. Fica o que significa. (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 297).

Se museus são lugares de memória e de patrimônio, não apenas seus prédios e os acervos que abrigam têm relevância. O território e a população do qual o museu se insere também devem ser entendidos enquanto pertencentes ao museu, repletos de memória e de patrimônio. É, por isso, que no movimento de renovação da museologia o tripé: território + patrimônio + população⁷, em oposição ao tripé do museu tradicional: edifício + coleção + público, é tão importante. Por essa perspectiva, compreende-se que “mais importante que a construção edificada do museu, é o seu território, já que este é permeado por lugares de memória de uma população e, por isso, seria imprescindível a participação desta nestes novos museus”. (VEIGA, 2017, p. 33).

O território assume, portanto, nessa concepção museológica, expressiva relevância, o reconhecimento do território é o reconhecimento do direito à cidade. As diversas experiências museais que se articulam, sob o viés da museologia social, nos permitem compreender a memória, a identidade e o território como atos políticos que resultam na construção de novos museus. Há, portanto, uma forte dimensão política na sociedade civil, dimensão que nos leva ao reconhecimento dessas experiências museais enquanto reconhecimento social dos sujeitos e de seus territórios.

Essas práticas museológicas não pedem permissão para ser, elas simplesmente, são. E, são porque resistem, porque são criadoras, comprometidas e transformadoras, são porque impactam,

⁷ Esse tripé ou quadro esquemático como é conhecido foi proposto por Hugues de Varine. Segundo Chagas e Pires “esse deslocamento apontado por Varine (que, de grosso modo, consagrava a “passagem” de uma museologia tradicional para uma “nova” museologia), viu-se o estabelecimento de um novo paradigma para a área, já agora baseado no reconhecimento da chamada ‘função social do museu’.” (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 13).

porque provocam, porque conectam, porque se movem, porque lutam, porque sonham e porque vivem. Na Remus-RJ, essas práticas dialogam e interagem: Museu da Maré, Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes de Gericinó, Museu Sankofa e Memória da Rocinha, Museu do Horto Florestal, Museu das Remoções, Museu de Favela, Museu Vivo do São Bento, Museu da República, Museu de Arqueologia de Itaipu. Esses são alguns dos Museus que, juntos, se fortalecem na Remus e, juntos, fortalecem a Remus.

Muitos desses museus nasceram como resposta às necessidades de grupos sociais específicos para proteger e divulgar memórias, patrimônios e expressões culturais; mas nasceram também da compreensão sagaz de que é possível utilizar os museus, sem nenhum pudor, à semelhança do que sempre foi feito pelos grupos sociais dominadores, a favor de determinados projetos, de lutas bem específicas. Boa parte desses museus desconhece as teorias e práticas museológicas convencionais, bem como a cadeia operacional dos museus, no entanto, desenvolvem trabalhos importantes na proteção e divulgação de seus patrimônios e memórias. (CHAGAS; et al, 2018, p. 98).

Em entrevista realizada com a articuladora e diretora do Museu Vivo do São Bento, Marlúcia de Souza⁸, pode-se observar a importância da Remus e dos museus sociais, ou museu de pobre – como ela também os chama – estarem articulados em rede. Além disso, também é possível observar a importância de museus federais, considerados tradicionais durante muito tempo, estarem caminhando em conjunto com a museologia social, estando a serviço da sociedade, cumprindo sua função social, assim como todos deveriam:

⁸ A entrevista foi realizada no dia 25/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

- Marlúcia de Souza – Diretora do Museu Vivo do São Bento: “estamos na luta, nunca dizemos não a escola pública, aos movimentos... vamos para as universidades conforme as nossas possibilidades, vamos aos outros museus, participamos da criação da Remus, que é a rede da museologia social, poxa, todo museu de pobre, museu de movimento, museu quilombola, museu de favela, isso não é qualquer coisa não. Nós conseguimos construir duas ementas parlamentares que alimentaram as ações desses 34 museus esse ano, agimos de uma forma coletiva, visitamos esses museus, quando um tá ameaçado vai todo mundo lá para ajudar. (...) Por último, como é que a gente vai ganhando os outros ditos museus tradicionais para o nosso lado, como eles também vão se tornar museus sociais, como todos deveriam ser, na nossa rede, por exemplo, Museu da República vai estar, Museu de Arqueologia de Itaipu, todos eles são federais... a gente faz reunião no Museu Histórico Nacional... Nós já estivemos no Museu da República e ano que vem ele vem para o Museu Vivo do São Bento, Getúlio Vargas... a presença varguista e sua influência nesse território de Caxias. Então quer dizer, as conexões dos museus tradicionais que vão assumindo a sua função social estabelecido na Carta de Santiago do Chile que é ‘um museu que não serve para a vida, não serve para nada.’ Então se o Museu Vivo do São Bento não servir para a vida, não serve para nada, que morra. Não tem caminho certo, não tem receita, as experiências vão sendo construídas nas experiências. A gente vai aprendendo com os outros. É isso que nos move, assim como a pesquisa ela também tem que servir para a vida, a história, a ciência... o museu tem que servir para a vida é sua função social.” (SOUZA, 2018)

Esses museus sociais nascem da luta e da vontade social, têm, portanto, responsabilidade social. Compreendem os territórios enquanto espaços socialmente construídos e marcados por disputas e tensões, sejam elas políticas, econômicas, sociais, culturais. Esses territórios guardam as marcas das histórias, dos sujeitos que por lá viveram (vivem), guardam as marcas do capital que segrega, que apaga e que mata. Mas também guardam as marcas das esperanças e dos sonhos de resistir para construir novos horizontes de futuro com uma sociedade melhor.

IV. Considerações finais

A Baixada Fluminense, região onde está localizado Duque de Caxias, município no qual se encontra o Museu Vivo do São Bento, é uma região marcada pelo preconceito, estereotipo e discriminação. O precário investimento e a quase nulidade de políticas públicas em saúde, segurança, saneamento, moradia e educação fez - e, ainda faz - com que a essa população fossem renegados direitos sociais básicos. Essa situação colabora para o apagamento, silenciamento e negação da história e memória sobre a região e também colabora para que os próprios moradores não se reconheçam enquanto sujeitos transformadores, não se reconheçam enquanto sujeitos que têm direito à memória e à museu. É uma realidade social difícil, injusta e desigual, como revela Rosenilda Santos que atua no Museu Vivo do São Bento.

Rosenilda Santos – Núcleo de acervo e arquivo do Museu Vivo do São Bento⁹: “E aí aqui, podemos começar pela base, que é o projeto Jovens Agentes do Patrimônio e com as Mulheres Artesãs, mas aí existe outras coisas tão fortes, outras necessidades tão

⁹ Entrevista realizada no dia 18/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

essenciais, tão pontuais, nessa comunidade que as pessoas não querem olhar para o que a gente quer falar. O menino que começou aqui com 10 anos e hoje tá com 18 ele precisou ir trabalhar, nós corremos até atrás, Marlúcia, Nielson, Augusto, Leu, correram atrás pra conseguir uma bolsa de estudo para esse jovem permanecer aqui, inclusive como guia, não conseguimos. Porque nenhuma autoridade governamental, política não quer. Conseguimos por tempo, porque a gente trabalha com projetos, mas aí, esse menino é responsável pela casa dele, ele é responsável por pagar uma luz, pagar a passagem, responsável por ajudar a mãe ou o pai e aí ele não pode ficar aqui. Então, é desigual. É uma luta, uma disputa desigual. Mas a gente tenta, a gente tem os cursos aqui, o pré-vestibular gratuito aqui, toda atividade que é feita aqui nada tem fundo financeiro. É que realmente o que precisa é uma informação mais direta.” (SANTOS, 2018)

Essa é a realidade pela qual o Museu Vivo do São Bento permanece na luta para transformá-la. Nessa dimensão ampla de museologia, a museologia social, expressa pela experiência do Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, possibilita a essa população, por vezes renegada, uma dimensão de construção de sentido. Permite que esses se reconheçam como sujeitos atuantes e transformadores de um território, que se encontra carregado de histórias e de sentidos, que os fazem se sentirem pertencentes a sua localidade.

Marlúcia de Souza: “O direito a pesquisa, garantir o direito a autonomia, do direito a memória, do direito a história, do direito ao patrimônio, acabou permeando a nossa vida. Defender o patrimônio da Baixada Fluminense era também defender o direito a memória e a história. Não basta só patrimonializar tem que ficar

lutando pelo patrimônio. As prefeituras não tinham secretaria de patrimônio, de cultura... não tinha nenhum museu na Baixada, como é que um território com quase quatro milhões de habitantes não tem um museu para contar sua história?! Há uma segregação territorial poderosíssima, cultural, econômica... queríamos entender por que a Baixada é o que ela é, nós vivemos em um território em que não tem nada, somos vistos como categoria de último, mas nós podemos e queremos e temos o direito de pensar as nossas cidades e alterar... não somos acadêmicos por sermos, somos antes de tudo, militantes. Pensar esse território, pensar alternativas, pensar políticas, pensar preservação. Desnaturalizar as coisas é fundamental. Esses percursos se tornaram potências, porque você sensibiliza, cada vez você possibilita que as pessoas enxerguem o que está acontecendo no território, é um olhar vigilante, reconhecimento de um território de potencialidades. ” (SOUZA, 2018)

Pensar as potencialidades do território fez do Museu Vivo do São Bento um museu de percurso. O caminhar pelo território possibilita conhecer “lugares de memória” tão importantes não apenas para o bairro São Bento, mas para o município de Duque de Caxias e toda Baixada Fluminense, pois neles estão guardadas as histórias da região e muitas formas de apropriações dos espaços. Esses lugares também (res)guardam o cotidiano social, as lutas, as celebrações, as manifestações religiosas, as festividades, as manifestações culturais, ou seja, (res)guardam a resistência do território, da população e do patrimônio.

Duque de Caxias ainda é uma cidade produtiva e rica em arrecadação, mas continua com a população na miséria e sofrendo com a realidade desigual. Duque de Caxias possuiu uma realidade difícil, mas suas manifestações

culturais sempre afloraram no cotidiano e os professores partilham dessa cultura. A cidade tem como potência suas lutas e culturas, que são fundamentais para os movimentos populares. Essa cultura está presente no cotidiano nas comunidades, nos terreiros de umbanda, nos terreiros de candomblé, nas rezadeiras, nas festividades do reisado e nas comemorações de São Cosme e Damião. (VIANA, 2016, p. 175-175).

Observa-se, portanto, que o Museu Vivo do São Bento e tantas outras experiências e práticas museológicas, ao compartilharem das ideias e ideais da museologia social assumem um compromisso social. Fazem do museu uma instituição não com importância relativa, mas que seja visto, pensado e compreendido como instituição transformadora e cidadã, alinhando educação e museologia como prática da liberdade, como forma de empoderar os sujeitos e suas histórias e, de mostrar que a luta em defesa da humanização, da vida – que é nosso maior patrimônio – vale a pena.

Tal compreensão de museologia “social” – mobilizada “a partir da” interação entre sujeitos e suas causas, alinhada com a antropologia e o método etnográfico, tributária da pedagogia da autonomia e da libertação paulofreiriana, herdeira das metodologias participativas da segunda metade do século XX, prática militante e produtora de com 112.hecimento por partes dos próprios agentes – é (...) um instrumento de resistência, mais do que simplesmente de preservação da memória. Não é uma prestação de serviço a alguém, mas aquilo de que alguém se vale para se servir (e servir a própria vida), simplesmente à vida – pois museologia que não serve para a vida não serve para nada. (CHAGAS; PIRES, 2018, p.21-22).

O trilhar desse caminho não é um mar de rosas como diz o dito popular, é um caminho desigual e de percalços, mas também é marcado por vontades, por afetos e resiliências à revelia daqueles que insistem em renegar o direito às expressões e manifestações culturais, às práticas museológicas, e à memória. À revelia daqueles que ameaçam políticas culturais tão importantes, expressas, por exemplo, pela extinção do IBRAM em prol de uma agenda neoliberal; à revelia daqueles que ameaçam à vida dos negros, dos pobres, dos homossexuais, das mulheres, fomentados por um discurso de ódio e fascista. Mas, se de um lado há censura, repressão, opressão e preconceito, de outro, há poesia, sonhos, lutas e resistência e, isso faz a luta valer a pena.

- **Marlúcia de Souza:** “Então, nós temos uma rede hoje de patrimônio na cidade de Duque de Caxias que também articulamos, nos ajudamos, temos uma rede estadual, participamos de toda luta pela criação do IBRAM, pela criação dos pontos de memória. Quando os pontos de memória foram criados três experiências foram tidas como concretas e exemplares: Museu Vivo do São Bento, Museu da Maré e Museu do Amazonas.... é uma riqueza, é um presente, só isso já vale a luta.” (SOUZA, 2018)

A museologia social é a museologia da esperança, da dignidade humana, do afeto. São, sobretudo, as experiências que tecem uma museologia em rede, em movimento e em coletivo que incita e convida à luta em prol de uma conjuntura política e econômica favorável a uma agenda social e cultural integradora. É preciso existir, resistir e não desistir, pois memórias não se queimam, vidas não se apagam. É preciso deixar que a museologia do afeto nos encante.

Referências

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético. (2003) In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. (pp. 34-48) 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

BRASIL. Lei nº11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 14 de jan. 2009.

_____. Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Brasília, DF, 20 de jan. 2009

CASTRO, Fernanda Santana Rabello; SOARES, Ozias de Jesus. Políticas públicas: garantia do direito à cultura e à memória. (2018) Mauseion, Canoas, ISSN: 1981-7207, n. 30, ago.2018, p. 29-42

CHAGAS, Mario de Souza; VLADIMIR SIBYLLA PIRES (ORGS.). (2018) Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus.

CHAGAS, Mario de Souza; et al. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia, vol. 55, nº 11, 2018.

CHUVA, Márcia. (2012). Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, nº 33, p. 147-165.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política. (2012). In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

DECLARAÇÃO DE CÓRBODA/MINOM-ICOM. XVII Conferência Internacional do MINOM – A museologia que não serve para a vida, não serve para nada. Córdoba, Argentina – 12, 13 e 14 de outubro de

2017. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_esp-port-fr-ing_1.pdf> Último acesso: 14 de jan de 2019.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984. Declaração de Quebec, princípios de base de uma nova museologia - 1984. Cadernos de Sociomuseologia, América do Norte, v.15, n. 15, p.223-225, 15 jun. 2009. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342/251>>. Último acesso em março de 2018.

GOMES, Marta Taets. (2016). Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFHISTORIA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. (2016). A emergência da museologia social. Pol. Cult. Rev., Salvador, v.9, n.2, p.726-745, jun./dez.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE – ICOM, 1972. Princípios de base do museu integral. ICOM, 1972.

MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – MinC/Ibram. Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA – BRASIL. Política Nacional de Museus. MinC, IPHAN, DMCC. Organização e Textos: José do Nascimento Junior, Mario de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007.

_____. Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Brasília: MinC, 2003.

SANTOS, Rosenilda. Entrevista concedida a Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro. Transcrição manuscrita. Out. de 2018

SOUZA, Marlúcia de. Entrevista concedida a Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro. Transcrição manuscrita. Out. de 2018

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela conferência geral da UNESCO em sua 38ª sessão. UNESCO, Paris, 2015. Tradução: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p. 25-35.

_____. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1ª Reimpressão – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VEIGA, Juliana Leite Tavares. A experiência da rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2017.

VIANA, Uhelinton Fonseca. A educação com o patrimônio e a educação como patrimônio: uma política na formação de professores. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2016.